
A COORDENAÇÃO, A ARGUMENTAÇÃO E A COMUNICAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS vértices de um mesmo triângulo

NELSON DE CASTRO SENRA

Pesquisador e Professor no IBGE, Professor na Universidade Santa Úrsula

Querer persuadir um auditor [ouvinte] significa, antes de mais, reconhecer-lhe as capacidades e as qualidades de um ser com o qual a comunicação é possível e, em seguida, renunciar a dar-lhe ordens que exprimam uma simples relação de força, mas sim procurar ganhar a sua adesão intelectual.

Perelman, 1987:235

As estatísticas expressam, na linguagem universal dos números, múltiplos organizados, contribuindo distintamente para tornar o mundo ausente e distante, desconhecido, pensável *et pour cause* governável, portanto as estatísticas apresentam-se, ao mesmo tempo, como instrumentos de saber e de poder.

Ao poder, as estatísticas interessam enquanto promessa de tornar racionais as tomadas de decisão, na razão exata em que se releva sua dimensão técnico-científica; aos espíritos sagazes fica a certeza de que a força das estatísticas reside exatamente em reforçar-lhes a dimensão técnico-científica, protegendo-as de influências indevidas. Porém, na definição da demanda das estatísticas, um destaque à sua dimensão sociopolítica é absolutamente legítimo, cabendo ajustá-la à oferta sem contudo invadir-lhe o espaço próprio.

Entretanto, mesmo que se fixe a atenção na dimensão técnico-científica das estatísticas, não há como ignorar que elas resultam de laboriosos processos de construção, a começar pela realidade de não serem os números intrínsecos aos objetos. Não é possível dizer que os processos de produção das estatísticas se revelam apenas no plano da demonstração, muito se dando no plano da argumentação, o que de certa forma reduz sua força racional como desejada pelas diferentes instâncias de poder, restando

recuperar e valorizar a idéia de razoável que emerge da argumentação.

Ora, comunicar as estatísticas, apresentando-as como construções que se dão tanto no plano da demonstração quanto no da argumentação, seria relativizá-las em sua importância, uma vez que se estaria apresentando-as em suas limitações, o que pontualmente enfraqueceria suas muitas possibilidades. Contudo, esconder suas limitações indefinidamente seria, mais cedo ou mais tarde, desacreditar suas possibilidades, seria fazê-las passar pelo que não são, seria deificá-las. Assim, é necessário pensar na comunicação das estatísticas sempre em dois tempos, ou seja, de alguma forma, em algum contexto especial, para além da comunicação de resultados, deve-se comunicar também a significação verdadeira das estatísticas, despindo-as de fantasias, o que implica recuperar a importância da argumentação que se faz presente em seus laboriosos processos produtivos.

A solução poderia estar na implantação de uma efetiva coordenação, pela qual procurar-se-ia superar o temor mesmo à mais tênue dependência sociopolítica e o desejo a uma sempre maior independência técnico-científica, empenhando-se em promover uma interdependência entre essas que são as duas faces das estatísticas. Segundo, além de se valorizar o plano da demonstração, certamente importante na produção das estatísticas, dar-se-ia crescente dignificação ao plano da argumentação, completando, dessa forma, o processo de comunicação das estatísticas. Em outras palavras, estar-se-ia revelando não apenas o contexto da justificação, mas também o da descoberta, mostrando-se por inteiro, no tempo certo, a natureza construtivista inerente às estatísticas.

A NATUREZA DAS ESTATÍSTICAS

Em termos de demanda, as estatísticas interessam a todos que transitam no e/ou sobre o múltiplo, não fossem as estatísticas exatamente expressões numéricas de múltiplos organizados. Assim, as estatísticas se oferecem à ação dos que governam, entendendo-se por governar a capacidade que alguns têm de agir sobre outros, o que de certa forma todos temos, ainda que diferentemente. O governar dos Estados constitui-se na mais marcante forma de governo, razão pela qual os Estados são os maiores consumidores e mesmo os maiores produtores de estatísticas. Enfim, com as estatísticas procura-se fazer com que as ações públicas sejam racionais, basicamente pessoais. Poder-se-ia dizer que com as estatísticas procura-se despolitizar a política, razão pela qual elas devem estar o mais possível ancoradas no plano técnico-científico; deseja-se, numa palavra, objetividade.

Em termos de oferta, as estatísticas resultam de laboriosos processos de objetivação, o que pode ser entendido como a objetividade possível, transpondo-se sucessivamente as inscrições e as descrições de primeira ordem (os registros individuais, propriamente ditos) até alcançar as inscrições e as descrições de enésima ordem (as estatísticas, propriamente ditas), pautando-se em alguma equivalência predefinida e ancorando-se em alguma teoria cuidadosamente escolhida. Então, os múltiplos organizados não revelam o mundo, mas sim o constroem, ou seja, a comensurabilidade não é intrínseca aos objetos, sendo uma qualidade atribuída a eles pelo observador, vale dizer, as escolhas feitas influem nos resultados finais. Assim, sobre todo o processo de objetivação paira uma incômoda qualidade, por melhor que sejam os métodos disponíveis, razão pela qual se valoriza tanto o plano técnico-científico.

Então, de um lado, operando no plano técnico-científico como uma arte de calcular, as estatísticas superam as individualidades, sendo natural que os ofertantes esforcem-se por diminuir a importância da sua dimensão sociopolítica, de outro lado, operando-se no plano sócio-político como uma arte de governar, as estatísticas promovem as individualizações, sendo natural que os demandantes esforcem-se por aumentar a importância da sua dimensão técnico-científica. Destarte, a dimensão sociopolítica será a perdedora e a dimensão técnico-científica será a ganhadora, resultando num desequilíbrio prejudicial ao correto entendimento das estatísticas, sem falar que, no que tange à dimensão técnico-científica, maximiza-se o plano da demonstração e minimiza-se o plano da argumentação nos quais ela opera, perdendo-se de vista o fato de que suas possibilidades vicejam em meio a limitações, ensejando-se desnecessários descontentamentos e desentendimentos.

A ORGANIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS

Entre a demanda desejável e a oferta possível de estatísticas públicas, referidas tanto ao espaço nacional quanto aos intranacionais, há uma patente distância a ser vencida cuidadosamente, o que desde sempre exigiu um processo de coordenação, sob pena de não se poder dispô-las como um conjunto organizado.

A esse conjunto de estatísticas habituou-se a chamar de *Sistema Estatístico Nacional*, cuja possibilidade de concretização costuma ser objeto de muitas controvérsias acadêmicas, com a maioria dos estudiosos afirmando que o mesmo, na falta de uma teoria geral da sociedade, não passaria de uma virtualidade. Afiança-se que só seria possível realizar algumas de suas partes, aquelas que pudessem contar com esquemas teóricos amplamente conhecidos e reconhecidos, sendo o caso das *estatísticas econômicas* o exemplo mais completo, pois estariam amparadas no marco referencial da economia política e/ou da teoria econômica (e mais, as *estatísticas sociais*, na falta de um esquema teórico abrangente, seriam as menos acabadas.

O pleno entendimento do *Sistema Estatístico Nacional* implica lançar-lhe um duplo olhar: de um lado, sobre sua *vertente social*, referindo-se às relações sociais entre as agências públicas, as agências privadas, os especialistas e os informantes, as organizações internacionais, enfim, todos os atores envolvidos nas diferentes etapas do processo de pesquisa estatística; de outro lado, sobre sua *vertente cognitiva*, referindo-se às informações propriamente ditas, incluindo a escolha de cuidadosos princípios de equivalência, os pressupostos acerca da realidade, as fronteiras do conhecimento, os sistemas de classificação, os métodos de investigação, as regras de mensuração e de interpretação de resultados.

Assim sendo, tratando-se em conjunto as duas vertentes referidas, subverte-se a prática dos cientistas sociais que costumam utilizar as estatísticas como *meio* de análise e raramente como *objeto* de análise. Quando o fazem, querem saber se, ou em mostrar como, os processos técnico-científicos sofreram influências de natureza sociopolítica afetando os resultados finais, querem saber se eventuais distorções podem ser ignoradas ou como devem ser compensadas. Raramente se preocupam em contribuir para a melhoria das estatísticas; se o fazem, costumam centrar atenção sobre um ou outro aspecto particular do processo de pesquisa segundo a sua área de atuação – por exemplo, os acadêmicos voltam-se apenas à análise dos métodos de pesquisa, quando não mesmo apenas dos métodos de uma ou outra pesquisa temática, jamais preocupando-se com o todo.

Então, claro, há que se estudar todos esses elementos, pondo-se em conjunção as estatísticas nacionais (aí inclusas as estatísticas intranacionais). Contudo, não parece necessário declarar o resultado final como um sistema; na verdade, no que tange às estatísticas, falar em sistema costuma trazer mais desvantagens do que vantagens, pois acaba esvaziando aspectos muito mais relevantes. Dessa forma, é melhor simplesmente falar em *Estatística Nacional*, tomando a expressão como uma coletividade submetida a uma ordem não fortuita de elementos que se quer necessariamente solidários, coletividade essa construída não no sentido sistêmico, norteado por uma teoria geral da sociedade, mas antes como o resultado de intensa argumentação no âmbito de um auditório adequado, pautando-se sempre em algum esquema classificatório cuidadosamente desenvolvido através de ajustes e reajustes mais e mais afinados e refinados no tempo e no espaço.

Isso posto, deve-se entender a coordenação como a atividade necessária e suficiente ao ordenar das ações inerentes às vertentes social e cognitiva anteriormente referidas; por demais, entende-se que coordenar ações significa promover em si mesma uma ação coordenada, ou seja, integrando-se as muitas ações num plano de ação. Só assim poderão ser obtidas estatísticas como uma produção cognitiva informacional, configurando-se declaradamente um conhecimento no âmbito de uma diuturna argumentação, para o quê faz-se necessário estabelecer um saber coordenar, ele próprio como uma produção cognitiva informacional, fazendo-se conhecimento igualmente no plano da argumentação. Em suma, a coordenação se faz pela argumentação que, por sua vez, participa da elaboração das estatísticas, podendo-se daí, em conjunto, promover sua correta e adequada comunicação.

A ORGANIZAÇÃO DA COORDENAÇÃO

A coordenação emergiu historicamente como necessária ao colocar em ordem os elementos que configuram a demanda e a oferta de estatísticas, pretendendo-se fazê-las convergir a um equilíbrio para se alcançar estatísticas comparáveis internacionalmente. Logo percebeu-se que precisaria haver em cada país uma agência nacional de estatística de modo que a coordenação pudesse funcionar a contento, de pronto sendo pugnada ao longo do século XIX por homens públicos notáveis, como Adolphe Quetelet, astrônomo belga, e de Ernst Engel, economista alemão.

Entretanto, em que pese a força das idéias apresentadas, as agências nacionais de estatística criadas ou recriadas padeceram de intensa fragilidade, não se conseguindo o descortinar de uma efetiva coordenação. Na verda-

de, percebia-se muito pouco dos meandros do processo produtivo das estatísticas, considerando-se os fatos como algo já existente e precisando apenas ser colhidos, o que não só significava que se poderia produzir estatísticas sobre tudo, como também que isto seria uma tarefa extremamente simples. Desconhecia-se que as estatísticas são construções, pressupondo sistemática acumulação de conhecimento, o que exige crescente continuidade institucional.

Esse estado das artes só mudaria na segunda metade do presente século, quando as agências nacionais de estatística ganharam continuidade e consistência, contando-se com a conjugação de três fatores sobremodo favoráveis: primeiro, a idéia de *Planejamento Nacional* como um ordenador da demanda de estatísticas; segundo, a idéia de *Contabilidade Nacional* como um ordenador da oferta de estatísticas; e terceiro, a intensa utilização das *técnicas amostrais* que passam a viabilizar fortemente a constituição de registros individuais de natureza estatística. Com efeito, as agências nacionais que foram pensadas para serem coordenadoras acabaram por se tornar essencialmente produtoras.

Pela primeira vez, a produção de estatísticas pôde abrir mão dos registros administrativos, criando-se intensamente os registros individuais de natureza estatística, o que autonomizou fortemente as agências nacionais de estatística no papel de produtoras, afastando-se da proposição primeira de serem coordenadoras. Como nunca em sua trajetória histórica, as estatísticas ganharam consistência e substância, com as grandes sínteses estatísticas (à frente a Contabilidade Nacional) usadas sutilmente como sucedâneas da coordenação. Desse modo, realçava-se a dimensão técnico-científica das estatísticas, fazendo repousar sua dimensão sociopolítica no regaço do Planejamento Nacional, que parecia ser para sempre.

Assim, bastou que a demanda perdesse o acolhedor regaço do Planejamento Nacional para que a compreensão da demanda deixasse de ser simples e imediata, provocando o inevitável repensar da Contabilidade Nacional e dos Indicadores Sociais como bastantes ordenadores da oferta, fazendo assim com que a explicação da oferta passasse a ser essencial, ao que as agências nacionais de estatística não estavam afeitas. Ademais, o tempo neoliberal dominante descentralizou como nunca a tomada de decisões, relegando o planejamento aos espaços locais. Dessa forma, amplia-se em muito a demanda de estatísticas, sem contudo reorganizá-las, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias (de informação e de comunicação) viabilizam a ampliação da oferta de estatísticas. Potencializa-se, assim, o tradicional desencontro entre a demanda desejada e a oferta possível, fazendo renascer a necessidade de uma efetiva coordenação.

Ora, se as agências nacionais de estatística, ao se consolidarem como produtoras, descuidaram da coordenação, paradoxalmente, ao consolidarem um saber produzir, dominando os processos de pesquisa estatística, acabaram acumulando um conhecimento que viabiliza a coordenação. Entretanto, há que se considerar que duas atividades absorventes, como são a produção e a coordenação, não podem ocupar o mesmo espaço no tempo, pelo que será preciso pensar se a coordenação seria mais bem implementada dentro da agência nacional, através de alguma unidade especializada inerente à sua estrutura, ou se fora da agência nacional através de alguma agência especializada; mas isso, em que pese ser importante, não o será tanto quanto a definição do que deve ser entendido como o praticar de uma coordenação, o que passa pela concepção e formulação de políticas.

A NATUREZA DA COORDENAÇÃO

Nessa linha, entende-se que a coordenação irá se materializar na compreensão do desejável e na explicação do possível, redigindo-se a difícil dialética da interpretação dos resultados. Primeiro, no sentido da compreensão do desejável, será preciso desenvolver as políticas de *representatividade, adequabilidade e responsabilidade*;¹ segundo, no sentido da explicação do possível, será necessário desenvolver as políticas de *acurácia, privacidade e ética*;² terceiro, no sentido da interpretação dos resultados, deverão ser desenvolvidas as políticas de *visibilidade, acessibilidade e aceitabilidade*;³ todas se articulando na política mestra de *accountability* (entendida como transparência e responsabilização), praticando-se uma permanente prestação de contas à sociedade, como condição básica de sua vitalidade.

Isso posto, convém enfatizar que a coordenação, para além de ser um ato de vontade, mesmo que de boa vontade, configurando um querer, devidamente argumentado acerca do coletivo que se quer construir – a Estatística Nacional antes referida, de modo a ser implementada – pressupõe um poder manifesto no sentido de sua realização, atuando-se na linha do saber e na linha do poder. Esse ponto de vista, claramente presente na obra de sir William Petty, na época em que elaborou sua *Aritmética Política*, foi-se perdendo pouco a pouco em função do fato de que mais e mais se sobrevalorizava a dimensão técnico-científica e se descurava a dimensão sociopolítica das estatísticas. Esse desequilíbrio se fez tanto por vontade explícita, algumas vezes, quanto, na maioria das vezes, por vontade implícita, de um lado, dos demandantes envolvidos na arte de governar e, de outro, dos ofertantes envolvidos na arte de calcular, a ambos interessando sublinhar a dimensão técnico-científica das estatísticas.

De fato, o fugir do irracional e o buscar do racional marcaram, desde sempre, o surgir de uma confiança pessoal entendida como essencial à consolidação da economia e ao avanço dos negócios, em franca mundialização desde o mercantilismo. Nesse contexto, é natural que se desprezasse a retórica e se esquecesse a argumentação, pois buscava-se a certeza, abominava-se a dúvida, desejavam-se resultados sempre indiscutíveis; ignorava-se, desejava-se ignorar, que se pudesse estar de alguma forma diante de escolhas razoáveis, que exigiram cuidadosas qualificações, como uma terceira via entre o racional e o irracional.

Entretanto, como já foi dito, as estatísticas resultam de laboriosos processos de objetivação, vale dizer, assentam-se em escolhas razoáveis, em cada uma de suas etapas (*conceituação, organização, observação, processamento e exploração*), por melhor que sejam os métodos disponíveis. As estatísticas, vale repetir, antes que fruto de inofensíveis demonstrações, amparam-se em delicadas argumentações. Entretanto, ignorando essa verdade, demandantes e ofertantes preferem revestir-se da dimensão técnico-científica, artificialmente aumentando as possibilidades e diminuindo as limitações das estatísticas. Assim sendo, não há comunicação que se sustente ao longo do tempo, uma vez que se estará passando sempre uma informação incompleta sobre as estatísticas, ou seja, para além de mostrá-las será preciso mostrá-las em sua inteireza.

A NATUREZA DA ARGUMENTAÇÃO

Destarte, precipuamente, a coordenação cumpriria o papel de resolver esse *imbroglio*, buscando o equilíbrio entre as dimensões sociopolítica e técnico-científica das estatísticas, ou seja, o equilíbrio entre a demanda desejável e a oferta possível. Ademais, a coordenação daria relevo à argumentação, seja de modo a se constituir, a si própria, como atividade, seja de modo a recuperar sua distinta presença no engendrar das estatísticas.

Pela argumentação, propõe-se uma concepção alargada de razão, abrindo-se uma terceira via à clássica dicotomia do racional e do irracional, vale dizer, propõe-se a via do razoável. Conforme Chaïm Perelman, pensador belga contemporâneo, a atividade racional não pode e não deve reduzir-se ao cálculo, mas sim ligar-se à arte da persuasão, buscando a adesão de um auditório, promovendo, assim, a conjunção da razão e do diálogo de modo a encaminhar a construção de um pluralismo democrático.

“Entre os lógicos formalistas, há a tendência para reduzir todo o raciocínio dedutivo a uma demonstração, que será correcta se as operações estiverem de acordo com um esquema preestabelecido e incorreta no caso contrá-

rio. Efetuando-se toda a demonstração no seio de um sistema, cuja coerência se prova ou pressupõe e cujos axiomas são tidos como verdadeiros, a verdade da conclusão demonstrada, ou pelo menos a sua probabilidade calculável, impõe-se sem discussão” (Perelman, 1993:67).

De fato, numa demonstração, estabelece-se uma relação entre a verdade das premissas e a verdade da conclusão. Além disso, sendo a verdade uma propriedade das premissas independente da opinião das pessoas, os raciocínios analíticos são impessoais. Numa demonstração, as premissas não estão em discussão, independente de serem verdadeiras ou hipotéticas, de modo que não há a mais tênue preocupação em saber se são ou não aceitas por algum auditório. Ora, esse, por mais que se queira, não é o caso das estatísticas, que sempre se pautam em escolhas razoáveis, humanamente hesitantes, ainda que freqüentemente exitosas em face das experiências humanas acumuladas.

“Mas todos os que crêem na existência de escolhas razoáveis, precedidas por uma deliberação ou por discussões, nas quais as diferentes soluções são confrontadas umas com as outras, não poderão dispensar, se desejam adquirir uma consciência clara dos métodos intelectuais utilizados, uma teoria da argumentação tal como a nova retórica a apresenta. Esta não se limitará, aliás, ao domínio prático, mas estará no âmago dos problemas teóricos para aqueles que têm consciência do papel que a escolha das definições, de modelos e de analogias e, de forma mais geral, a elaboração duma linguagem adequada, adaptada ao campo das nossas investigações, desempenham nas nossas teorias. É neste sentido que se poderia ligar o papel da argumentação à razão prática, papel que será fundamental em todos os domínios onde se vê operar a razão prática, mesmo quando se trate da resolução de problemas teóricos” (Perelman, 1993:27).

Assim, a coordenação faria emergir o raciocínio dialético que faz par com o raciocínio analítico inegavelmente presente ao engendrar das estatísticas. Isso posto, tenha-se presente que, ao contrário do que se passa com o raciocínio analítico, o raciocínio dialético não é impessoal, uma vez que é apreciado pela ação que promove sobre um espírito. Assim, o argumento sobre alguma matéria será considerado persuasivo quando se mostrar capaz de persuadir um certo auditório. Presentes, os planos da demonstração e da argumentação se completariam e se complementariam.

“Como o fim de uma argumentação não é deduzir conseqüências de certas premissas, mas provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento, ela não se desenvolve nunca no vazio. Pressupõe, com efeito, um contato de espíritos entre o orador e o seu auditório: é preciso que um discurso seja escutado, que um livro seja lido, pois, sem isso, a sua ação

seria nula. Mesmo quando se trata de uma deliberação íntima, quando aquele que avança razões e aquele a quem elas se destinam são uma e a mesma pessoa (Perelman, 1993:29).

Quanto ao contato dos espíritos, convém ter presente que as instituições sociais e políticas podem favorecê-lo ou dificultá-lo ou mesmo impedi-lo, o que nos remete à complexa questão da liberdade necessária a uma adequada comunicação, sem o qual não se poderia caracterizar um ambiente democrático. Por outro lado, quanto a provocar ou aumentar a adesão de um auditório, a finalidade jamais poderá ser puramente intelectual, por mais tentador que seja. Na verdade, a finalidade será basicamente incitar ou dispor à ação, o que implicará discursos diferentes conforme as circunstâncias.

“Como a argumentação se propõe agir sobre um auditório, modificar as suas convicções ou as suas disposições por meio de um discurso que se lhe dirige e que visa ganhar a adesão dos espíritos, em vez de impor a sua vontade pela constrição ou pela domesticação, ser-se uma pessoa a cuja opinião se atribui algum valor é já uma qualidade não negligenciável. Da mesma forma, é importante poder tomar a palavra em certas circunstâncias, ser o porta-voz de um grupo, de uma instituição, de um Estado e ser escutado” (Perelman, 1993:30).

Isso posto, entende-se um auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação. Esse conjunto é altamente variável, podendo passar de uma só pessoa, no caso de uma deliberação íntima, a todas as pessoas, no caso de se querer atingir a humanidade, perpassando um número muito grande, infinito mesmo, de auditórios particulares. Dentre as muitas variantes possíveis, Chaïm Perelman destaca o *auditório especializado* e o *auditório universal*, nos quais pode-se enquadrar a elaboração das políticas antes enumeradas (a coordenação em sua essência), no limite, desenhando-se uma política de informação estatística.

Primeiro, entenda-se o *auditório especializado* como um conjunto de pessoas com uma ou várias especialidades, tendo cada disciplina envolvida suas teses e seus métodos previamente admitidos, de modo que, contestá-los arbitrariamente, contrariando a estabilidade das crenças científicas, será visto como uma manifestação de incompetência.

Segundo, entenda-se o *auditório universal* como um conjunto de pessoas dispostas e capazes de ouvir um certo orador, seguindo sua argumentação; pessoas que não têm teses e métodos previamente admitidos, o que liberta o orador em sua argumentação, deixando-o livre para trabalhar com o senso comum.

A essa altura, importa perceber que é em função de um auditório que toda argumentação será organizada, de

modo que se torna essencial que o orador tenha de seu auditório um profundo conhecimento, sendo que enganos e desenganos poderão ser fatais ao efeito que se quer produzir. Assim, definido o auditório, tendo-se dele um adequado conhecimento, deve-se aplicar alguma técnica de persuasão, de modo a conquistar-lhe a adesão, cabendo destacar a técnica das questões e respostas, pela qual, à medida que o diálogo vai se desenrolando, mais e melhor se conseguir argumentar.

“A distinção entre os discursos que se dirigem a alguns e os que seriam válidos para todos permite fazer compreender melhor o que opõe o discurso persuasivo ao que se pretende convincente. Em vez de considerar que a persuasão se dirige à imaginação, ao sentimento, numa palavra, ao autômato, e que o discurso convincente faz apelo à razão, em vez de as opor uma à outra, como o subjetivo ao objetivo, pode-se caracterizá-las, de uma forma mais técnica, e também mais exata, dizendo que o discurso dirigido a um auditório particular visa persuadir, enquanto o que se dirige ao auditório universal visa convencer” (Perelman, 1993:37).

A ARGUMENTAÇÃO E A COORDENAÇÃO

Na *compreensão do desejável*, a coordenação estaria atenta à leitura sociopolítica da realidade feita por um auditório universal, mais exatamente, por um auditório com foro de universalidade, formado por todos aqueles que demandam estatísticas com capacidade bastante para serem atendidos pela atividade pública, dando-lhe a maior representatividade possível. Depois, a coordenação estaria atenta em confrontar essa leitura sociopolítica feita pelo auditório universal especialmente estruturado com uma leitura técnico-científica da realidade feita por um auditório especializado, formado pelos produtores de estatísticas, nas esferas federal, estadual e municipal, com vistas à definição das responsabilidades pela oferta das estatísticas. Enfim, a coordenação teria o papel distinto de zelar pela passagem pacífica da demanda desejável à oferta possível, garantindo a adequabilidade da estatística nacional.

Na *explicação do possível*, a coordenação estaria agindo essencialmente sobre um auditório especializado, formado pelos produtores de estatísticas, nas esferas federal, estadual e municipal, de modo a garantir a aplicação uniforme (num movimento pendular entre a integração que sugere centralização e a harmonização que sugere descentralização) do saber acumulado historicamente sobre a geração de estatísticas. Dessa forma, levando todos os produtores envolvidos a viverem as mesmas noções de acurácia, privacidade e ética, a coordenação estaria agindo no sentido de viabilizar um

amplo entendimento da realidade que se sabe mais e mais complexa, permitindo assim que as estatísticas (aquelas geradas por registros administrativos e aquelas geradas por registros estatísticos) possam ser comparadas e combinadas facilmente. Na realização dessa tarefa, a coordenação deve estimular e alimentar diálogos entre produtores e pesquisadores temáticos, a seu turno formando auditórios especializados, bem como fazer com que estejam presentes, o tempo todo, os ditames do auditório universal, onde tudo começou.

Na *interpretação dos resultados*, a coordenação estaria agindo sobre diversos auditórios especializados, formados por diferentes pesquisadores temáticos, em grande medida absorvendo os demandantes que compuseram o auditório universal que serviu como ponto de partida, aquele auditório que se tomou com foro de universalidade. Contudo um auditório realmente universal deverá ser objeto de atenção da coordenação, aquele formado por um público absolutamente comum, apenas interessado em estatísticas e nada mais. Em cada situação, a coordenação estaria ajustando a múltiplos interesses e necessidades as noções de visibilidade, acessibilidade e aceitabilidade, cuidando para que não haja uma concentração de diálogo apenas entre pares, ou seja, entre os auditórios especializados formados por produtores e aqueles outros formados por pesquisadores temáticos; ainda que seja naturalmente difícil, é essencial que se volte a atenção também ao auditório universal, se não por outras razões, pela razão mesma de que neles estão os informantes junto aos quais se fazem os registros individuais, ato fundador das estatísticas.

CONCLUSÃO

Em síntese, a argumentação seria vital ao desenvolver e ao consolidar da coordenação, promovendo-se o mais possível a edificação de uma solidariedade entre diferentes, empenhando-se em estabelecer um equilíbrio entre os valores antinômicos da igualdade e da liberdade. A coordenação assim constituída estaria sendo capaz de mostrar as estatísticas, a seu turno também ancorada na argumentação, em suas possibilidades e em suas limitações, ademais, capacitando-se a revelar oportunidades e a antecipar ameaças que cercam as atividades, a cada tempo. A coordenação, no limite, estaria mostrando com naturalidade os campos de visão e de ocultação das estatísticas... Uma intensa e extensa comunicação estaria se fazendo, ora comunicando as estatísticas em seus resultados, destacando o plano da demonstração, ora comunicando as estatísticas em suas especificidades, ressaltando o plano da argumentação.

NOTAS

Este texto apóia-se, em parte, na tese de doutoramento do autor: *A coordenação da estatística nacional. O equilíbrio entre o desejável e o possível*. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO e CNPq/IBICT, fev. 1998.

As opiniões expressas neste texto são de exclusiva responsabilidade do autor, podendo não significar a opinião das instituições com as quais mantém vínculo profissional.

1. Por **representatividade** procura-se caracterizar a definição democrática das demandas que serão atendidas na esfera pública, deixando-se as demais ao encargo da atividade privada. Por **adequabilidade** procura-se caracterizar a passagem do plano do desejável ao plano do possível, bem aplicando e bem explicando as limitações técnico-científicas. Por **responsabilidade** procura-se caracterizar os encargos de se produzir cada estatística, como que promovendo um pacto estatístico, através do estabelecimento de uma estrutura social.

2. Por **acurácia** procura-se dar garantias de se ter trilhado o melhor do saber técnico-científico em todas as etapas de pesquisa, destacando portanto o plano da demonstração. Por **privacidade** procura-se dar garantias de que os registros individuais foram mantidos em total reserva, tendo tido uso apenas estatístico. Por **ética** procura-se dar garantias de que os produtores trilharam os melhores princípios éticos inerentes às suas formações, dado que se opera também no plano da argumentação.

3. Por **visibilidade** procura-se entender o esforço de se tornar público não apenas o contexto da justificação, mas sobretudo o contexto da descoberta. Por **acessibilidade** procura-se entender o esforço de tornar pública a existência das estatísticas, empenhando-se na constituição de uma metainformação sobre as mesmas. Por **acetabilidade** procura-se entender o esforço de se acrescentar valor às estatísticas, oferecendo-se aos demandantes um atendimento com rosto, a se concretizar em diferentes níveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, V.M.R.H. de. "Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual". *Ciência da Informação*. Brasília, v.24, n.1, jan./abr. 1995, p.54-76.

BESSON, J.-L. (org.). *A ilusão das estatísticas*. São Paulo, Editora Unesp, 1995.

DESROSIÈRES, A. *La politique des grands nombres, histoire de la raison statistique*. Paris, Éditions La Découverte, 1993.

FELLEGI, I.P. "Characteristics of an effective statistical system". *International Statistical Review*, v.64, n.2, 1996, p.165-197.

GORDON, C. "Governmental rationality: an introduction". In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (eds.). *The Foucault effects: studies in governmentality*. London, Harvester Wheatsheaf, 1991, p.1-52.

GUIMARÃES, E.A. "Produção de estatística e sistema estatístico". *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, v.51, n.195, jan./jun. 1990, p.5-12.

MOORE, P.G. et alii. "Official statistics: counting with confidence". *Journal of the Royal Statistical Society*. London, v.154, parte 1, 1991, p.23-44.

MORGENSTERN, O. *On the accuracy of economic observations*. Princeton, Princeton University Press, 1973.

PERELMAN, C. "Analogia e metáfora". In: *Einaudi: Oral/Escreto, Argumentação*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.11, 1987, p.207-217.

_____. "Argumentação". In: *Einaudi: Oral/Escreto, Argumentação*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.11, 1987, p.234-265.

_____. *O império retórico: retórica e argumentação*. Porto, Edições ASA, 1993.

PESSANHA, J.A.M. "A teoria da argumeatção ou nova retórica". In: CARVALHO, M.C.M. de (org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. São Paulo, Papirus, 1989, p.221-247.

PORTER, T. *Trust in numbers, the pursuit of objectivity in science and public life*. Princeton, Princeton University Press, 1995.

ROSE, N. "Governing by numbers: figures out democracy". *Accounting, organizations and society*. London, v.16, n.6, 1991, p.673-692.

SELTZER, W. *Politics and statistics: independence, dependence or interaction*. New York, United Nations, 1994.

SENRA, N. de C. *A coordenação da estatística nacional. O equilíbrio entre o desejável e o possível*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO e CNPq/IBICT, 1998.

_____. *Os sistemas de informações estatísticas no limiar do terceiro milênio: o imperativo da coordenação (O caso brasileiro)*. Texto elaborado para a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, janeiro/fevereiro de 1998.

VANOLI, A. "Le conseil national de l'information statistique". *Courrier des Statistiques*. Paris, n.52, dez. 1989, p.11-18.